

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA

Marcelo Cleyton Rigamont dos Reis¹
Marinete da Silva Boulhosa²

RESUMO

O presente estudo aborda a construção da identidade étnico-racial nas crianças do ensino fundamental, um processo fundamental para a formação de cidadãos conscientes da diversidade cultural no Brasil. O objetivo é investigar como ocorre esse processo dentro das escolas e como as práticas pedagógicas podem contribuir para a valorização da diversidade étnico-racial, promovendo uma educação antirracista. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica de análise qualitativa, utilizando bases de dados como Google Acadêmico, Periódicos da Capes e Portal Periódico da Capes, com critérios de inclusão que consideraram estudos relevantes sobre o tema. A análise dos dados foi conduzida utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin. Os resultados indicam que, embora existam legislações, como a Lei nº 10.639/2003, que preveem a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, há desafios na implementação dessas diretrizes, especialmente no que diz respeito à formação dos professores e à adoção de práticas pedagógicas inclusivas. A falta de abordagens sistemáticas e sensíveis à diversidade racial nas escolas contribui para a perpetuação de preconceitos. A pesquisa conclui que é essencial capacitar os educadores para promover uma educação que valorize todas as identidades étnico-raciais, criando um ambiente escolar que fomente o respeito e a igualdade, preparando as crianças para conviver em uma sociedade diversa e mais justa.

Palavras-Chave: Identidade étnico-racial. Diversidade cultural. Educação antirracista. Formação docente. Relações étnico-raciais.

CONSTRUCTION OF ETHNIC-RACIAL IDENTITY AT SCHOOL

ABSTRACT

The present study addresses the construction of ethnic-racial identity in elementary school children, a fundamental process for the formation of citizens aware of cultural diversity in Brazil. The objective is to investigate how this process occurs within schools and how pedagogical practices can contribute to valuing ethnic-racial diversity, promoting anti-racist education. The research was carried out through a bibliographical review of qualitative analysis, using databases such as Google Scholar, Capes Periodicals and Capes Periodical Portal, with inclusion criteria that considered relevant studies on the topic. Data analysis was conducted using Bardin's content analysis technique. The results indicate that, although there is legislation, such as Law No. 10.639/2003, which provides for the inclusion of Afro-Brazilian history and culture in the school curriculum, there are challenges in implementing these guidelines, especially with regard to teacher training and the adoption of inclusive pedagogical practices. The lack of systematic and sensitive approaches to racial diversity in schools contributes to the perpetuation of prejudices. The research concludes that it is essential to train educators to promote education that values all ethnic-racial identities, creating a school environment that fosters respect and equality, preparing children to live in a diverse and fairer society.

Keywords: Ethnic-racial identity. Cultural diversity. Anti-racist education. Teacher training. Ethnic-racial relations.

Recebido em 10 de março de 2025. Aprovado em 02 de abril de 2025

¹ Pedagogo. Discente do curso de especialização em EREER no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA campus Belém. E-mail: marcelorigamont29@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1889-7285>.

² Bacharel em Turismo. Mestre em Antropologia. Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA campus Belém. E-mail: marinete.boulhosa@ifpa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1074-2249>.

INTRODUÇÃO

A construção da identidade étnico-racial nas crianças em idade escolar é um processo essencial para a formação de cidadãos conscientes da diversidade. Para Bento e Dias (2012), a educação infantil deve promover práticas pedagógicas voltadas para a igualdade racial, reconhecendo a importância de trabalhar desde cedo temas que envolvem as relações étnico-raciais de forma positiva. As crianças começam a internalizar conceitos de pertencimento e identidade racial já nos primeiros anos de ensino, o que torna a escola um espaço fundamental para a valorização dessas identidades. Nesse contexto, a abordagem cuidadosa e inclusiva das questões raciais contribui para evitar a reprodução de preconceitos e para formar uma sociedade mais justa e equitativa.

A Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, reforça a necessidade de incluir a temática racial no currículo escolar desde os anos iniciais (Brasil, 2003). Conforme Bento e Dias (2012), os educadores precisam estar preparados para abordar a diversidade étnico-racial de maneira que todas as crianças se sintam reconhecidas e valorizadas. O ambiente escolar, além de ser um espaço de aprendizado, deve ser um local onde se celebram as diferenças e se promovem a autoestima e o respeito mútuo. A aplicação dessa lei nas práticas pedagógicas é uma ferramenta poderosa na luta contra as desigualdades raciais e na construção de uma sociedade mais inclusiva.

Este estudo tem o objetivo é investigar como ocorre esse processo dentro das escolas e como as práticas pedagógicas podem contribuir para a valorização da diversidade étnico-racial, promovendo uma educação antirracista. O tema abordado surgiu a partir de uma inquietação quanto à ausência de questionamentos sobre a falta de representatividade negra tanto em materiais didáticos, durante a prática da docência e como experiências pessoais, enquanto pai de uma criança que está na educação infantil. A preocupação com a formação de crianças na educação infantil, e a necessidade de proporcionar-lhes contato com objetos que possam estimular o questionamento sobre a diversidade, como bonecas de diferentes formas e cores e livros infantis que trabalham a temática da igualdade racial e etnias afro-brasileiras, motivou a investigação.

Acredita-se que esses estímulos desde a infância possam proporcionar uma base sólida de conhecimento sobre representatividade étnico-racial. Observa-se que essa prática não é comum em muitas famílias, muitas vezes porque os pais não tiveram contato com essa temática durante seu próprio processo de formação social, o que dificulta a transmissão da importância de todas as etnias que compõem o país. A escola, assim como o ambiente familiar, atua na formação da identidade das crianças, onde desenvolvem significados, valores e sentimentos que moldam sua autoestima e influenciam sua percepção de si mesmas e dos outros, conforme indica Padinha (2011).

Proporcionar uma base de conhecimento sobre representatividade étnico-racial em casa é fundamental, e a escola, como espaço de construção de saberes, também contribui na construção da identidade das crianças. Não se nasce com preconceitos, mas estes são instaurados ao longo da formação social, e por isso é primordial que o tema das relações étnico-raciais seja abordado desde as classes iniciais, para que as crianças compreendam desde cedo o que é etnia e como construir uma educação antirracista.

Entende-se que, em algum momento, todos podem ter reproduzido atitudes racistas, muitas vezes sem perceber, devido à socialização e aos estigmas adquiridos ao longo da vida. Assim, compreender o que é etnia racial, diversidade e identidade negra é um processo humanista necessário para todos. O racismo se manifesta de diversas formas, o que torna urgente a discussão sobre identidade étnico-racial em sala de aula, fundamental, como forma de fomentar empatia e respeito pelas diferenças.

É incoerente que uma sociedade mestiça, com inúmeras culturas, seja também uma sociedade preconceituosa, que desrespeita e exclui seus cidadãos negros. Ensinar sobre

identidade étnico-racial no início da educação não apenas valoriza a diversidade, mas também proporciona aos alunos esclarecimentos e oportunidades de autoidentificação. Compreender a identidade étnico-racial é essencial em uma sociedade marcada pela escravidão, e abordar esse tema de forma regular e consciente nas escolas contribui para que as crianças compreendam a diversidade racial e não perpetuem preconceitos.

Para isso, é necessário proporcionar aos educandos práticas pedagógicas que valorizem a identidade e a cultura negra, sem desconsiderar as outras etnias, promovendo uma compreensão de que nenhuma raça é superior a outra. A partir desse entendimento, é relevante estudar como os profissionais da educação desenvolvem práticas pedagógicas sobre identidade étnico-racial, promovendo uma educação antirracista e rompendo preconceitos que, sem intervenção, poderiam perdurar até a fase adulta.

A educação antirracista é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sendo essencial que professores e familiares assumam um papel ativo nesse processo. Como destaca Pinheiro (2023, p. 10), “mais que não ser racista, é preciso ser antirracista, ou seja, não basta não cometer atos racistas: é preciso lutar contra o racismo”. No contexto brasileiro, onde as desigualdades raciais são estruturais, a escola e o ambiente familiar devem ser espaços de desconstrução de estereótipos e promoção da equidade racial.

A abordagem antirracista na educação implica não apenas no reconhecimento das desigualdades, mas também na implementação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e a representatividade. Pinheiro (2023) enfatiza que a neutralidade diante do racismo não é uma opção viável, pois a inércia apenas contribui para a manutenção das injustiças. Dessa forma, educadores e responsáveis devem investir na ampliação do repertório cultural das crianças e adolescentes, promovendo narrativas que evidenciem a importância das contribuições das populações negras na sociedade.

Além disso, a formação docente precisa ser reformulada para incluir discussões sobre racismo e estratégias para combatê-lo no ambiente escolar. Como aponta Pinheiro (2023), o racismo estrutural exige respostas igualmente estruturais, e a educação é uma ferramenta poderosa para romper com ciclos de exclusão e marginalização. É fundamental que professores estejam preparados para lidar com temas sensíveis e promover um ensino que valorize a pluralidade étnico-racial.

Portanto, a educação antirracista não deve ser vista como uma pauta secundária, mas como um compromisso coletivo para a construção de um futuro mais equitativo. A obra de Pinheiro (2023) ressalta que essa transformação exige envolvimento ativo e contínuo, pois apenas através da conscientização e da ação é possível desconstruir os alicerces que sustentam o racismo na sociedade.

No tocante a isto, segundo o documento "Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03", educação antirracista é um processo educativo que visa combater o racismo estrutural e cotidiano, promovendo a valorização das identidades afro-brasileiras, a desconstrução de preconceitos raciais e a garantia de igualdade de oportunidades. Ela se fundamenta na inclusão de conteúdos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, alinhando práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade étnico-racial e fomentem o respeito e a justiça social. (Brasil, 2005).

Por meio desta pesquisa, busca-se contribuir para que educadores e até mesmo graduandos, e a sociedade compreendam que a identidade étnico-racial de um grupo não anula a do outro, mas que o reconhecimento e o respeito à diversidade são essenciais para a formação da sociedade brasileira. O Brasil, com sua vasta diversidade cultural e étnica, infelizmente ainda é um país que exclui e desrespeita seus cidadãos negros, apesar de dados do IBGE (2022) indicarem que 56% da população brasileira se declara negra.

Diante disso, surge o questionamento sobre o porquê de tantos brasileiros não reconhecerem ou compreenderem suas próprias etnias, contribuindo para a perpetuação de um

racismo velado. Acredita-se que a abordagem étnico-racial deve ser discutida desde o início do ingresso dos alunos na escola, e não apenas mencionada superficialmente em datas específicas, como o Dia da Consciência Negra, como tal. Após refletir sobre essas questões e com base em conversas e discussões, questiona-se: como se dá a construção da identidade étnico-racial na formação dos alunos?

Assim, busca-se investigar como o ambiente escolar pode contribuir para a construção da identidade étnico-racial de forma positiva e inclusiva, promovendo o respeito e a valorização da diversidade nas escolas.

Nesse sentido, este estudo objetivo geral analisar a construção da identidade étnico-racial na formação de alunos. E especificamente: identificar os entendimentos docentes existentes acerca de identidade étnico-racial; Assinalar como os educadores contribuem para a formação racial do educando; e compreender como as práticas pedagógicas contribuem a autoestima e o reconhecimento da diversidade étnico-racial entre os alunos.

MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de análise qualitativa, conforme as diretrizes de Almeida (2021). A pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve a partir da consulta a obras publicadas, como livros, artigos científicos e outros documentos que abordam o tema investigado. Ela teve como objetivo revisar o que já foi produzido, possibilitando uma compreensão abrangente e crítica sobre o assunto em questão. A análise qualitativa, por sua vez, busca interpretar e entender os fenômenos a partir de uma perspectiva mais profunda, explorando as complexidades e as nuances que envolvem a temática, sem se restringir à quantificação dos dados. Dessa forma, a pesquisa intenta capturar as múltiplas dimensões da construção da identidade étnico-racial na educação, baseando-se nas produções acadêmicas relevantes.

A seleção dos estudos foi realizada por meio de buscas nas bases de dados Google Acadêmico, Periódicos da Capes e Portal Periódico da Capes. Os critérios de inclusão utilizados envolveram estudos publicados com um recorte atemporal, visto ser uma discussão ainda vigente na sociedade moderna, trazendo suas raízes históricas, que abordassem diretamente a construção da identidade étnico-racial e práticas educativas relacionadas à diversidade. Foram excluídos os trabalhos que não apresentavam relevância direta com o tema ou que tratassem de outros níveis de ensino fora do escopo deste estudo. A busca foi realizada utilizando indicadores booleanos como "identity AND race OR ethnicity NOT discrimination" e seus equivalentes em português e inglês.

A extração dos dados foi realizada por meio de fichamentos detalhados de cada estudo selecionado. Essa técnica consistiu em registrar as informações principais dos artigos e livros, incluindo os objetivos, metodologia, resultados e discussões. Os fichamentos permitiram uma organização estruturada dos conteúdos, facilitando a análise e interpretação subsequente dos dados.

A análise dos dados foi conduzida utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). Esse método permitiu identificar e categorizar os principais temas e padrões emergentes a partir dos dados coletados. A análise de conteúdo é um processo sistemático de exame das informações, que tenciona interpretar os significados subjacentes nos textos, revelando as tendências e contribuições mais significativas sobre a construção da identidade étnico-racial no ensino.

Abordagem Históricas De Uma Educação Voltada Para Relações Etnicorraciais

Dimensões históricas

A educação em si é considerada um direito social de todos, é compreendida como um dos principais fatores de desenvolvimento humano, tudo isto, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (Brasil, 1998), ao afirmar que a educação escolar corresponde a um espaço sociocultural e institucional responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura. A princípio, estaríamos, então, trabalhando em solo pacífico, porque é universalista.

Partindo deste pressuposto, questiona-se a questão de tratar de uma educação igualitária, uma vez que há situações nas quais as práticas educativas que se pretendem iguais para todos, acabam sendo as mais discriminatórias a essa afirmação. De acordo com o Ministério da Educação - MEC (Brasil, 2010), diz ao ser identificado o conceito e o processo da educação no contexto das coletividades e pessoas negras e da relação dessas com os espaços sociais.

Apesar de hoje a educação ser considerada um direito de todos, quase todo o século XX, segundo Brasil (2010, p. 15) “[...] quando se operou a expansão do capitalismo brasileiro, nada de realmente relevante foi feito em termos de uma legislação para a promoção da cidadania plena da população negra” e mesmo com toda experiência da I e da II Guerra Mundial, somente em 1951, através da Lei Afonso Arinos, a discriminação racial caracterizou-se como contravenção penal.

Foi também apenas na segunda metade do século XX que:

Na perspectiva acadêmica, os trabalhos de Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Lélia Gonzalez, Otavio Ianni, Roger Bastide, entre outros, sobre as condições de vida da população negra no Brasil, fizeram contraponto às teorias de Sílvio Romero, Oliveira Viana, José Veríssimo, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre (Brasil, 2010, p. 15).

Mediante a todo esse contexto apresentado, surgiu no Brasil o Movimento Negro que levantou a bandeira do direito a educação para pessoas “de cor” como eram chamados. Segundo Silva (2004), ao abordar a relação entre o negro e a educação, é essencial considerar diversos aspectos. Além do aprendizado formal proporcionado pelos livros, uma pessoa verdadeiramente educada deve ser capaz de produzir conhecimento e demonstrar respeito aos idosos, ao próximo e ao meio ambiente. Essa educação vai além do âmbito individual, contribuindo para o fortalecimento da comunidade. À medida que adquire conhecimentos escolares, acadêmicos e outros saberes relevantes, a pessoa educada ajuda a comunidade a sentir-se integrada e participante ativa na construção da vida do país.

A partir deste pensar, uma educação formal se constitui um marco no panorama das reivindicações do movimento negro, em busca de uma sociedade que seja cada vez mais justa e mais igualitária. Em decorrência disso, ao longo do século XX, a imprensa foi intensamente utilizada como instrumento de suas campanhas, com destaque para os periódicos.

Silva (2004) destaca que durante toda esta trajetória é possível observar diversas experiências do Movimento Negro Unificado (MNU)³, pois, a partir do fim da década de 70 seus desdobramentos com a política antirracista, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990 com conquistas singulares nos espaços públicos e privados, como das frentes abertas pelo Movimento de Mulheres Negras e do embate político impulsionado pelas Comunidades Negras Quilombolas.

³ O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização brasileira fundada em 1978 que atua na luta contra o racismo e a discriminação racial no Brasil. Ele surgiu como um marco na mobilização política e social da população negra, buscando promover a igualdade racial, a valorização da cultura afro-brasileira e a garantia de direitos. O MNU também defende pautas como a inclusão de políticas públicas para combater o racismo, o acesso à educação e à justiça social para a população negra (Brasil, 2005).

O Movimento Negro tem um histórico forte de luta para a promoção e construção de uma educação no Brasil que seja antirracista e comprometida com a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira, já que segundo Gomes (2012) a compreensão de que a educação representa uma possibilidade de superação do racismo foi internalizada pelas ações do Movimento Negro, onde, muitas foram às estratégias deste movimento para a inclusão da questão racial na agenda das políticas educacionais. Até a década de 1990 a demanda era pela inserção nas políticas públicas universais. Mas, as mudanças conquistadas acabaram por não atender à “grande massa da população negra e não se comprometiam com a superação do racismo, seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar” (Gomes, 2012, p. 4).

O percurso histórico revela as lutas que culminaram com conquistas importantes, principalmente do Movimento Negro pela inclusão da população negra em diversos espaços sociais e, sobretudo, contra o racismo. É preciso que estas experiências sejam conhecidas e que sirvam de parâmetros para que nas escolas, professores introduzam práticas docentes que possibilitem uma educação para as relações étnico-raciais.

Educação para as relações étnico-raciais

Como observado, a dimensão histórica revela que no Brasil há uma forte corrente discriminatória contra a população negra. Diante disso, reivindicações ao longo dos anos foram sendo realizadas, muitas delas são Leis instituídas em diversos documentos oficiais:

A prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível, e as manifestações culturais como um bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; e a publicação da Lei nº 7.716/89, a Lei Caó, que define os crimes resultantes de discriminação por raça ou cor; no campo educacional, a publicação da Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, assinalam o quadro de intenções da parte do Estado brasileiro em eliminar o racismo e a discriminação racial (MEC, 2010, p.15).

A partir da publicação destas leis, principalmente a 10.639/2003, que altera a Lei 9496/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 2019), para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e professoras, e supervisionar o cumprimento das Diretrizes.

E desde então, a sociedade tem desenvolvido um importante encargo na luta contra o racismo e seus derivados. Compreender os mecanismos de resistência da população negra ao longo da história exige também estudar a formação dos quilombos rurais e urbanos e das irmandades negras, entre tantas outras formas de organizações coletivas negras. A população negra que para cá foi trazida tinha uma história de vida passada no continente africano, a qual somada às marcas impressas pelo processo de transmutação do continente, serviu de base para a criação de estratégias de sobrevivência (Queiroz *et al*, 2018).

Diversos estudos, segundo Amorim e Nascimento (2018) comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daquele(a) aluno(a) identificado(a) como negro(a). Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos(as) negros(as), sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o julgo de práticas racistas e discriminatórias.

Um olhar atento para a escola capta situações que configuram de modo expressivo atitudes racistas. Neste espectro, de forma objetiva ou subjetiva, a educação apresenta preocupações que vão do material didático-pedagógico à formação de professores. O silêncio

da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos(as) alunos(as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos(as) profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente (MEC, 2010, p. 21).

Essas atitudes podem impedir o aluno(a) negro(a) de se autoaceitar e se identificar com as Culturas Africanas ou Afro-brasileira, sendo um processo doloroso que afeta, inclusive o seu desenvolvimento na escola. Por isso, é fundamental que o professor inclua práticas que venham privilegiar uma educação para as relações étnico-raciais no contexto da sala de aula, principalmente, questões que envolvam a negritude, e a escola deve possibilitar um ambiente favorável para estas discussões.

Análise do desenvolvimento da construção da identidade étnico-racial na escola

Abrindo o diálogo

Ao se abordar a construção da identidade da criança, diversos aspectos são considerados. Como citado por Queiroz *et al* (2018) desde o útero a identidade da criança já está sendo formada, devido à forte ligação entre a mãe e o bebê. Diante disso, é possível constatar que a criança sofre a influência dos pais diretamente, e toda a sua ancestralidade irá influenciar na identidade que está sendo construída, mesmo que inconscientemente, pois a cultura de seus antepassados está inserida em seu cotidiano, como também o contexto social.

A Constituição Federal de 1988 – CF/88 reconhece o direito à educação para crianças menores de sete anos. A lei reconhece o caráter educativo das creches, antes pertencentes à área da assistência social, passando a se incorporar à área da educação (Brasil, 1988). No início da década de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA considerada uma das leis mais avançadas do mundo, no que se refere à proteção das crianças, aponta direitos que devem ser garantidos e respeitados por toda a sociedade, reforçando os preceitos com relação à Educação Infantil assinalados na CF/88 (Brasil, 1990).

Na CF/88, no seu primeiro inciso afirma que a educação básica é obrigatória e gratuita na Educação Infantil “[...] dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (Brasil, 1998).

Já no ECA, a Lei 8096/90 assegura a criança:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Art. 53. [...] direito de ser respeitado por seus educadores; Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura (Brasil, 1990).

Então, é atribuição da escola, enquanto uma instituição de ensino, que exerce um importante papel social, assegurar que todas as diferenças existentes na sociedade, especificamente, nos espaços escolares, sejam elas diferenças étnicas, gênero, religião e classe social, sejam tanto percebidas e reconhecidas quanto respeitadas, passando para criança que não existe indivíduo superior ou melhor, cor superior ou inferior. Sendo, portanto, de grande magnitude que a escola venha proporcionar experiências que visem a socialização que outros ambientes como o familiar, talvez não sejam capazes de abranger.

Segundo Queiroz *et al* (2018) “[...] a escola deve apropriar-se de sua própria identidade, para então poder lidar com a identidade de seus alunos, o que também é um processo complexo porque, a escola passa por uma “esquizofrenia pedagógica”, devido às muitas identidades que

lhes são atribuídas”. E completa dizendo que a identidade burocrática que a legislação impõe, e a identidade que muitas das vezes é idealizada é como a própria escola se vê. Há, então, a necessidade de trabalhar a questão dos limites entre o individual e o social, respeitando sua singularidade e individualidade, haja vista que a escola é um grande agente influenciador na construção da identidade em todos os aspectos que a compõem: professores, alunos, os livros, atividades realizadas e até mesmo a decoração das salas e corredores do ambiente escolar.

Como forma de pensar em identificar como esta identidade está sendo construída na escola nas séries iniciais, Amorim; Nascimento (2018) em seu relato de experiência mostraram qual a realidade da escola neste contexto de identidade das relações etno-raciais, ao fazer o “Teste das bonecas”:

Trata-se de teste para estudar as atitudes de crianças em relação à raça e que expõe duas bonecas – uma branca e uma negra – para um grupo de crianças e a elas dirige questões sobre qual a cor das bonecas, qual boneca é boa, qual é má, qual é bonita, qual é feia, qual cor é bonita, qual parece com você, entre outras questões. As questões do teste envolvem três categorias básicas: diferenciação racial, identificação racial e preferência racial (AMORIM; NASCIMENTO, 2018, p. 3).

No contexto da pesquisa, os autores destacam que a maior parte dos alunos era negra (parda ou preta) e somente uma criança era branca, com cabelos loiros. Entretanto, ao serem indagados sobre qual boneca era mais bonita, a maioria dos alunos considerou a boneca branca a mais bela e destacou a razão: porque ela tinha os olhos azuis. Questionados sobre qual das bonecas parecia ser boazinha e qual era má, a maioria respondeu que a boazinha era a branca, pois a boneca negra era feia e tinha a boca muito grande. Quando se perguntou às crianças que caso elas tivessem mais uma irmã com qual das bonecas eles gostariam que se parecesse, um maior número de alunos disse que seria a boneca branca, porque ela era mais bonita (Amorim; Nascimento, 2018).

Esse experimento, é um reflexo da falha e até mesmo na ausência de uma construção de identidades étnico-raciais na escola, e este silêncio pedagógico, segundo Queiroz *et al* (2018) mediante o fato de a criança negra ainda sofrer este preconceito no contexto escolar como por exemplo, a exclusão da história luta dos negros, a ascensão do ideal da cultura branca, torna difícil para essa criança negra se reconhecer em qualquer modelo que a escola apresente, o que pode gerar sensação de exclusão.

Essa falta de reconhecimento nas séries iniciais tanto de crianças brancas, quanto de crianças negras da sua identidade, mostra que a questão racial, na maioria das vezes, é simplesmente ignorada. Começando por quem deveria ser responsável por trabalhar isto, que é a escola, a família e até mesmo a sociedade em geral.

Por isso, Cavalleiro (2000) afirma que a noção de que os temas etnia e racismo são pouco, ou quase nada, discutidos nas escolas, impede uma boa relação étnica entre os indivíduos ali presentes. Ignorar essa existência das diferenças raciais pode passar duas ideias, e todas elas negativas. A primeira é de que se não é falado, é porque não é algo que valha a pena ser discutido, e a segunda, a de que a etnia negra é de fato inferior, portanto, não precisa ser mencionada.

Quanto as finalidades do professor neste processo, é necessário que se leve em consideração que cabe a ele mediar o processo da construção de identidade e saber lidar com os obstáculos que surgirão. O educador atuante nessa fase deve promover situações em que a criança reconheça suas particularidades, mas que saiba conviver com as particularidades das outras crianças. Ao tratar dele, é importante abordar não somente a formação, mas também a sua postura em sala de aula. Este deve estar sempre disposto a trabalhar para alcançar todas as crianças com as quais trabalha diariamente, sem as diferenciar por qualquer aspecto, procurando ser o exemplo moral e ético de que a criança precisa (Queiroz *et al*, 2018).

Portanto, o docente como mediador de conhecimento, tem também a responsabilidade na construção de uma identidade étnico-racial das crianças dos anos iniciais. Para isso, o professor precisa ter uma formação preocupada com estes aspectos, para que possua um leque maior de conhecimentos e práticas pedagógicas que lhe possibilitem abordar essas questões de forma ética, abrangente e crítica.

Discussões dos estudos

Com base nos estudos mencionados, foi elaborada a Tabela 1 para apresentar e analisar as contribuições das literaturas sobre a construção da identidade étnico-racial na formação dos alunos. O objetivo é reunir e discutir os principais achados das pesquisas.

Tabela 1: A construção da identidade étnico-racial na escola, de acordo com as literaturas:

Autor/Ano	Título	Principais Achados
AMORIN, Mônica Maria; NASCIMENTO, Rafael Baioni (2018)	O Ensino da Diversidade Étnico-Racial na Escola Básica: um Relato de Experiência Vivida no Pibid	A experiência do Pibid destaca a importância de práticas pedagógicas que reconhecem e valorizam a diversidade étnico-racial, contribuindo para a autoestima das crianças e a implementação da Lei 10.639/2003.
BENTO, Maria Aparecida Silva; DIAS, Lucimar Rosa (2012)	Carta aos profissionais da Educação Infantil	A construção de uma autoimagem positiva e o reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro são fundamentais na educação infantil para promover igualdade racial.
CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (2012)	Do Silêncio Do Lar Ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito E Discriminação Na Educação Infantil	A criança negra é socializada para o silêncio na educação infantil e no ambiente familiar. A falta de discussões sobre relações étnicas contribui para a perpetuação do racismo e da discriminação.
LIMA, Maria Batista (2008)	Identidade Étnico/Racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica	Reflexão teórica sobre raça, etnia e afrodescendência no Brasil, destacando a importância do reconhecimento das identidades étnico-raciais para combater o racismo histórico.
GOMES, Nilma Lino (2003)	Educação e Diversidade Étnico-Cultural	A escola deve ser um espaço que respeita e valoriza a diversidade, onde a relação entre as diferentes presenças seja compreendida e tratada de forma igualitária.
QUEIROZ, Hellen Araujo et al. (2018)	O Reconhecimento da Identidade Racial na Educação Infantil	A identidade afrodescendente é construída nas séries iniciais e os professores devem estar preparados para lidar com essa temática de forma não estereotipada, promovendo o respeito às identidades negras.
SILVA, Jônatas Conceição da (2004)	Vozes Quilombolas: uma poética brasileira	A obra destaca a importância da luta afro-brasileira, especialmente o Quilombo dos Palmares, e sua contribuição para a construção de uma identidade negra e a valorização da herança cultural afro-brasileira.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A discussão acerca da construção da identidade étnico-racial no contexto educacional brasileiro revela a convergência entre os estudos dos diversos autores e as diretrizes legislativas que regulam a educação no Brasil. A Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, dialoga diretamente com a proposta de Bento e Dias (2012), que enfatizam a importância de práticas educativas que promovam a igualdade racial desde a educação infantil. Ambos destacam a necessidade de proporcionar às crianças uma autoimagem positiva e o reconhecimento de seu patrimônio cultural, elementos fundamentais para a valorização das diversas identidades étnicas no Brasil.

Amorim e Nascimento (2018) reforçam essa perspectiva ao relatarem o impacto positivo da implementação da Lei 10.639/2003 no ensino fundamental por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). O relato deles exemplifica como a valorização da diversidade étnico-racial e cultural no ambiente escolar pode contribuir para a autoestima das crianças. Esse ponto converge com as análises de Cavalleiro (2012), que aponta que a ausência de discussões sobre racismo na educação infantil priva as crianças negras de uma autoestima saudável, resultando no seu silenciamento. A falta de uma abordagem sistemática das relações étnico-raciais é vista por Cavalleiro como uma perpetuação de práticas discriminatórias, o que reforça a relevância das leis que buscam transformar esse cenário.

Outro ponto pode ser observado nas reflexões de Gomes (2003) e Lima (2008), que discutem o encargo da escola como espaço de construção da diversidade e da identidade étnico-racial, onde abordam a escola como um lugar onde as diferenças culturais e étnicas devem ser respeitadas e valorizadas. Gomes (2003) argumenta que a inclusão da diversidade no ambiente escolar é um fator essencial para a promoção de uma educação que valorize todas as culturas, enquanto Lima (2008) oferece uma perspectiva teórica ao discutir o uso do conceito de etnia e raça no Brasil, mostrando a necessidade de superar a visão eurocêntrica das relações raciais na educação. A intersecção desses estudos evidencia a necessidade de reestruturar o currículo escolar com uma perspectiva mais inclusiva, em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), que defendem a valorização da diversidade na formação dos estudantes.

Além disso, o estudo de Queiroz et al. (2018) reforça a importância da contribuição dos professores na construção da identidade racial das crianças, destacando que esses profissionais devem ser capacitados para lidar com questões raciais de maneira não estereotipada. Essa perspectiva converge com a discussão apresentada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998a), que já apontava a necessidade de uma formação docente sensível à diversidade cultural e étnica (Brasil, 1998a). A falta de preparação dos educadores para abordar essas questões, como apontado por Queiroz, é um desafio persistente que precisa ser enfrentado para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Enquanto Silva (2004) oferece uma análise sobre o legado histórico da resistência negra no Brasil, especialmente através do Quilombo dos Palmares, ele complementa a discussão sobre identidade étnico-racial ao mostrar como a cultura afro-brasileira deve ser valorizada no espaço escolar e não relegada a segundo plano. Silva vai além ao destacar a importância de se celebrar e reconhecer a história afro-brasileira como parte integrante da formação da identidade nacional. Essa visão se alinha às orientações do Ministério da Educação (2010), que incentiva práticas educativas voltadas para o reconhecimento da contribuição dos afrodescendentes na construção da sociedade brasileira (Brasil, 2010).

A Constituição Federal de 1988 e o ECA de 1990 também se conectam com os autores ao assegurarem o direito à igualdade e à não discriminação (Brasil, 1998; Brasil, 1990). Ao garantir que todos têm direito à educação sem preconceitos, a Constituição corrobora as propostas de autores como Bento e Dias (2012) e Cavalleiro (2012), que denunciam o racismo institucionalizado nas escolas. O ECA reforça essa questão ao assegurar que crianças e adolescentes devem ser protegidos de qualquer forma de discriminação, um princípio que se alinha diretamente com as discussões sobre a importância de um ambiente escolar inclusivo e que promova a diversidade étnico-racial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 também dialoga com essas análises ao prever que a educação deve promover o respeito à diversidade e aos direitos humanos. A LDB sustenta as reflexões de Gomes (2003) e Lima (2008), que defendem a valorização das diferenças culturais e étnicas na formação do estudante. A implementação dessas diretrizes, contudo, ainda enfrenta desafios práticos nas escolas, como evidenciado por Queiroz et al. (2018), que discutem a dificuldade dos educadores em lidar com a diversidade de forma eficiente e não estereotipada.

Deste modo, os diversos autores estabelecem um paralelo, a partir de diferentes perspectivas, a relevância de se promover uma educação que valorize a identidade étnico-racial das crianças. Todos convergem para a necessidade de se construir um ambiente escolar que promova o respeito à diversidade e a inclusão, em consonância com as leis e diretrizes educacionais do Brasil. Ao mesmo tempo, as divergências surgem quanto à efetividade das práticas implementadas nas escolas, como apontado por Cavalleiro (2012) e Queiroz et al. (2018), que indicam a existência de lacunas na formação docente e na aplicação das políticas de igualdade racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos deste estudo reforçam a importância de promover uma educação que valorize e respeite a diversidade étnico-racial no Brasil, especialmente nos primeiros anos de formação escolar. A análise das legislações que regulam a educação revela uma forte convergência em torno da necessidade de se combater o racismo e a discriminação no ambiente escolar. A construção da identidade étnico-racial passa por um processo pedagógico que deve ser iniciado na educação infantil e consolidado no ensino fundamental. Esses apontamentos corroboram o papel fundamental da escola na formação de cidadãos conscientes da diversidade.

No entanto, os desafios ainda são evidentes, principalmente no que se refere à capacitação dos professores e à implementação efetiva das leis que tratam da inclusão e igualdade racial. Destaca-se a necessidade urgente de uma formação mais consistente dos educadores para que possam abordar questões raciais de forma não estereotipada e inclusiva. A legislação, como a Lei 10.639/2003, apresenta diretrizes claras sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, mas ainda há uma lacuna significativa entre a teoria e a prática, o que exige maior comprometimento das instituições de ensino e dos gestores educacionais.

A análise das legislações brasileiras, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, reforça o direito à igualdade e à proteção contra a discriminação. No entanto, a implementação desses princípios nas escolas ainda enfrenta resistências e desafios, principalmente no que diz respeito ao enfrentamento do racismo institucional. A escola, como espaço de formação social, tem o potencial de ser um ambiente de transformação e inclusão, mas isso só será plenamente alcançado com a efetiva aplicação das leis e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que estimulem a valorização da identidade étnico-racial.

Há uma forte necessidade de reconhecer as múltiplas identidades étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira. Isso implica uma reconfiguração do currículo escolar, com a inclusão de conteúdos que contemplem a diversidade de forma crítica e reflexiva. A construção de uma educação antirracista exige um esforço contínuo para superar os preconceitos enraizados na sociedade.

Assim, este estudo destaca a urgência de práticas educativas que promovam a igualdade racial e a valorização das identidades afrodescendentes no Brasil. A combinação entre a legislação e as diretrizes educacionais aponta para o potencial transformador da educação, mas também para os desafios que precisam ser enfrentados. A formação de professores, o compromisso das instituições e a conscientização de toda a comunidade escolar são essenciais para que a escola se torne, de fato, um espaço de inclusão e respeito à diversidade étnico-racial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. **Metodologia do trabalho científico**. – Recife : Ed. UFPE, 2021.

AMORIN, Mônica Maria; NASCIMENTO, Rafael Baioni. **O Ensino da Diversidade Étnico-Racial na Escola Básica: um Relato de Experiência Viva no Programa Institucional de**

Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Criar Educação, N.1, PPGE- UNESC, Criciúma-SC, 2018.

BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo.** Lisboa edições, 70, 225.

BENTO, Maria Aparecida Silva; DIAS, Lucimar Rosa. Carta aos profissionais da Educação Infantil. In: SILVA JR, Hélio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Silvia Pereira de Carvalho (coord.). **Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** – São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT): Instituto Avisa Lá – Formação Continuada de Educadores, 2012. p. 29.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispões sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul.1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: Palácio do Planalto, 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso: 15 de Out. de 2023.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, Volume 1, 1998a.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ministério da educação e do Desportos: Secretaria de Educação Fundamenntal. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL, Ministério da educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. SECAD, Brasília-DF, 2010.

CAVALLEIRO, Eliane Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar.** Rev. Contexto, São Paulo- SP, 2000.

LIMA, Maria Batista. **Identidade Étnico/Racial no Brasil:** uma reflexão teórico-metodológica. Fórum Identidades, v. 3, n. 2, p. 35, jan-jun de 2008. Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos>>. Acesso em: 08 nov. de 2023.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Diversidade Étnico-Cultural. In: **Diversidade na Educação – Reflexões e experiências.** Brasília: Ministério da Educação, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. **População.** 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 de Nov. 2023.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Metodologia científica.** 6º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUZ, Narcimária. O Patrimônio Civilizatório africano no Brasil. In: SANTOS, Joel Rufino (org.). **Negro Brasileiro Negro.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº. 25, 1997, p. 199-209

PADINHA, Maria do Socorro *et al.* O uso didático-metodológico do livro Betina para o trato pedagógico sobre as relações étnico-raciais. In: COELHO, Wilma; Nicelma (orgs.) **Visibilidades e desafios: estratégias pedagógicas para abordagem da questão étnico-racial na escola.** Belo Horizonte: Mazza edições, 2011.

QUEIROZ, Hellen Araujo *et al.* **O Reconhecimento da Identidade Racial na Educação Infantil.** Rev. Cient. Sena Aires, 2018.

SILVA, Jônatas Conceição da. **Vozes Quilombolas: uma poética brasileira.** Salvador: EDUFBA/ Ilê Aiyê, 2004.